



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Bacharelado em Letras – Língua Portuguesa

**Paralelismo gramatical, coordenação e correlação na produção
textual de estudantes de ensino médio em Brasília.**

Humberto Borges

Brasília
2011

Humberto Borges

**Paralelismo gramatical, coordenação e correlação na produção
textual de estudantes de ensino médio em Brasília.**

Monografia apresentada ao Departamento de Linguística,
Português e Línguas Clássicas, da Universidade de
Brasília, como requisito parcial e obrigatório para a
obtenção do título de Bacharel em Letras - Língua
Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Rozana Reigota Naves.

Brasília
2011

Àquele que deu-nos a Palavra, afinal,
todas as coisas foram feitas por Ele e Ela,
e sem Ele e Ela
nada do que foi feito se fez,
inclusive esta monografia
– ao Verbo.

Àquele que,
apesar da ausência da palavra/Palavra,
tornou-se encantado
e encontra-se com o Verbo
– ao primo Thales Vinícius Borges,
in memorian.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Santíssima Trindade pela morte de cruz, por sua infinita misericórdia, seu perpétuo amor e a dádiva de possibilitar-me estudar minha língua, o português brasileiro, esse dom que me conecta a Ti e a milhões de outros brasileiros.

Agradeço às mulheres da minha vida: Adriana Borges, minha mãe, Isadora e Isabela, *as manas*, e dona Idalina, minha vovó, por sempre acreditarem em mim, me apoiarem, orarem por mim e, acima de tudo, por me amarem. Amo vocês!

Agradeço à professora Rozana Reigota Naves por sua preciosa orientação, por suas precisas correções e por ter me permitido *veredar* por um ramo dos estudos da linguagem que não é gerativismo, mas é linguagem. Muitíssimo obrigado!

Agradeço à professora Wânia de Aragão-Costa, que um dia me apresentou Othon Moacir Garcia, o moço que me apresentou o senhor Paralelismo Gramatical. Daí, tudo surgiu. Muito obrigado.

Agradeço à grande amiga Kallynny Richelly do Amaral Cardoso por ter tolerado meus barulhos enquanto *monografava* pelas madrugadas no pequeno lar que dividimos como estudantes *lá* do Goiás e, principalmente, por ouvir minhas queixas e reclamações nos momentos em que faltavam ideias e ânimo para *monografar*.

Agradeço à amiga Bárbara Thainá de Souza por ter compartilhado comigo as agruras e as benesses deste momento tão especial de nossas vidas acadêmicas – *monografar* – e por ter feito *X-Men: First Class* tornar-se um dos melhores filmes que já assisti na minha vida. Foi *quase* catártico – pois bem, veja o que *monografar* nos faz, caro leitor! Também, agradeço à Thayse Gomes, amiga que, sem querer, *iluminou tudo* e fez o terceiro e mais trabalhoso capítulo desta monografia começar a fluir.

Finalmente, agradeço às pessoas do Programa Afroatitude e do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília por terem me feito vivenciar a Universidade de uma forma tão especial – não cito nomes, pois não quero esquecer ninguém. Meu muitíssimo obrigado!

(Ao meu caro leitor, um aviso: todo e qualquer erro ou equívoco teórico, gramatical, semântico e ortográfico, nas páginas seguintes, é de minha inteira (in)responsabilidade! Satisfeito? Avante!)

ÍNDICE

Introdução	6
Capítulo I: Paralelismo Gramatical	7
1. Paralelismo gramatical sentencial e paralelismo gramatical textual	7
1.1. Paralelismo gramatical sentencial, a tradição gramatical e as gramáticas do português brasileiro	8
1.2. Paralelismo gramatical textual e a linguística textual	11
Capítulo II: Algumas pesquisas linguísticas sobre paralelismo gramatical na fala e na escrita	13
2.1 Paralelismo gramatical: da fala para a escrita	13
2.2 Repetição e paralelismo gramatical na fala: organização textual-interativa	14
2.3 Tipos de ausência de paralelismo gramatical na escrita	15
Capítulo III: Sentenças Coordenadas e Correlatas e o Princípio de Paralelismo Gramatical	18
3. Sentença: uma breve abordagem	18
3.1 A coordenação: características principais	19
3.2 Por que justaposição e correlação?	21
Capítulo IV: Paralelismo gramatical, coordenação e correlação – uma análise	23
4.1 Análise a partir do gênero carta formal	23
Considerações finais	28
Referências Bibliográficas	29

Introdução

*Nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione.*¹

Émile Benveniste

A presente monografia analisa a presença e a ausência de paralelismo gramatical em sentenças coordenadas e correlatas na produção textual de estudantes de ensino médio em Brasília, tendo como objetivo mapear os fatores que influenciaram, especificamente, a ausência de paralelismo nos textos em análise.

Notadamente, há poucos estudos teóricos e analíticos sobre paralelismo gramatical em produções textuais escritas e/ou orais no português brasileiro. Entretanto, os poucos estudos que há são facilmente distinguidos entre aqueles que estudam o paralelismo gramatical na construção de sentenças e aqueles que estudam o paralelismo gramatical na produção de textos. Os primeiros, geralmente gramáticos, preocupam-se com a adequada e inteligível construção de sentenças coordenadas e correlatas pelo princípio de paralelismo gramatical. Os segundos, geralmente linguistas do ramo da linguística textual, tratam o paralelismo gramatical como um recurso de coesão textual.

Esta monografia, apesar de discutir ambas as perspectivas acima citadas, versará sobre o princípio de paralelismo gramatical na construção de sentenças coordenadas e correlatas. Por isso, após definirmos o que é paralelismo gramatical e explanarmos a vertente de estudos sobre paralelismo gramatical na sentença e a vertente de estudos sobre paralelismo gramatical no texto (capítulo I), demonstraremos alguns estudos sobre o tema (capítulo II) e, evidentemente, abordaremos o estatuto das sentenças coordenadas e correlatas e o princípio de paralelismo gramatical implícito nelas (capítulo III).

Posteriormente, no capítulo IV, utilizando todo o arcabouço teórico apresentado por nós e alguns pontos relevantes das pesquisas já realizadas sobre paralelismo gramatical apresentadas no capítulo II, analisaremos os dados de *corpus* de textos redigidos por estudantes de ensino médio em Brasília. Por fim, faremos nossas considerações finais a respeito do trabalho e do tema propostos para esta monografia.

¹ Tradução livre: “Nada existe na língua que não tenha existido primeiro na sentença.”

Capítulo I

Paralelismo gramatical²

1. Paralelismo gramatical sentencial e paralelismo gramatical textual

Na fala ou na escrita, a ocorrência de paralelismo dá-se pela retomada de estruturas nos níveis fonológico, lexical, morfossintático e semântico. O princípio de paralelismo gramatical, objeto de estudo deste trabalho, consiste na repetição de estruturas morfossintáticas numa sentença ou num texto, ou seja, o princípio de paralelismo gramatical induz haver *relações de equivalência entre pontos de uma sequência verbal* (ADAM, 2008). Vejamos:

- (1) *Ele acordou, desceu as escadas, comeu rapidamente e varreu a casa.*
- (2) *Ele deseja um doce, mas ela quer uma fruta.*

Na oração (1), há uma breve narrativa de atividades que um indivíduo realizou durante determinado tempo. Como essas atividades ocorreram sucessivamente, ou seja, há uma equivalência entre as ações realizadas pelo indivíduo, os verbos foram todos conjugados no mesmo tempo-modo: pretérito perfeito do modo indicativo. Na oração (2), temos idêntica estrutura sintática para ambos os períodos: Sintagma Nominal Sujeito (SN1) + Sintagma Verbal (SV) + Sintagma Nominal Complemento (SN2), ou seja, há um argumento experienciador (SN1) e um tema (SN2) para cada SV, conjugados no mesmo tempo-modo – presente do indicativo.

Em ambas as orações, o paralelismo gramatical ocorre a partir de sentenças compostas por dois ou mais períodos, sendo (1) um caso de paralelismo morfológico e (2) um caso de paralelismo sintático. Diferentemente, na oração (3), abaixo, o paralelismo é gerado apenas pelo sintagma nominal, ou seja, pelo sujeito composto da sentença formado por entre pares correlatos *tanto a filha quanto o pai*, sendo esse sujeito predicado pelo verbo *sofreram* – sintagma verbal que, ainda, contém um adjunto causal (*com o divórcio*).

² Alguns autores costumam utilizar os termos *paralelismo sintático* e *paralelismo morfológico*. Entretanto, tudo (paralelismo morfológico e paralelismo sintático) pode ser unificado em termos de conceito de *paralelismo gramatical*, afinal, as palavras, se estiverem inseridas em uma sentença, têm forma e, também, função, e tanto morfologia quanto sintaxe fazem parte da gramática.

- (3) *Tanto a filha quanto o pai sofreram com o divórcio.*

Os exemplos (1), (2) e (3) abordaram apenas a presença de paralelismo gramatical em sentenças complexas – duas coordenadas e uma correlata. Entretanto, como já dito, o paralelismo gramatical acontece, também, no texto, conforme o exemplo extraído de Cunha e Cintra (2008, p. 621): *O chamado é tão longo, não comporta lágrimas / O caminho é tão longo, não chegarias nunca*. Os versos, de Emílio Moura, são constituídos por duas orações subordinadas adverbiais consecutivas cuja conjunção *que* está elidida. Nesse caso, o paralelismo gramatical advém da repetição da oração *o caminho é tão longo* e, sobretudo, pela repetição da estrutura sintática da oração que funciona como adjunto adverbial, sendo seus constituintes, com exceção da partícula negativa, preenchidos por diferentes itens lexicais: *partícula negativa* (não) + *verbo* + *complemento verbal*.

Para fins didáticos, em alguns momentos deste trabalho, utilizaremos o termo *paralelismo gramatical sentencial* para nos referirmos ao paralelismo nos constituintes de sentenças coordenadas, correlatas e/ou subordinadas e o termo *paralelismo gramatical textual* para nos referirmos ao paralelismo num sistema mais amplo de organização de sentenças, o texto.

1.1 Paralelismo gramatical sentencial, a tradição gramatical e as gramáticas do português brasileiro

Em *Comunicação em Prosa Moderna*, Othon Moacir Garcia (2010), ao tratar dos processos sintáticos de coordenação e de subordinação, sem esquecer-se de mencionar a correlação e a justaposição, traz para a tradição gramatical e para a linguística brasileira uma abordagem diferenciada no que diz respeito ao estudo das sentenças coordenadas e correlatas. Em sua abordagem inicial sobre a coordenação, Garcia (2010) já evidencia sua inquietação quanto ao acionamento de paralelismo gramatical e de simetria de ideias (paralelismo semântico) na estrutura dessas sentenças:

Na coordenação (...), que é um paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos, as orações se dizem da mesma natureza (ou categoria) e função, devem ter a mesma estrutura sintático-gramatical e se interligam por meio de conectivos chamados

conjunções coordenativas. É, em essência, um processo de *encadeamento* de ideias. (*op. cit.*, p. 42)

Após tratar da função dos conectivos na construção de paralelismos nas sentenças coordenadas e afirmar que não há paralelismos gramaticais, mas, sim, uma *desigualdade de funções e valores sintáticos* na subordinação, Garcia (2010) retoma sua análise sobre paralelismo, dessa vez, tanto nas sentenças coordenadas quanto nas sentenças correlatas, acrescentando, ainda, os conceitos de paralelismo rítmico ou similitude e de paralelismo semântico (sem restringir-se às sentenças coordenadas e correlatas, nesses casos), além de mencionar implicações didáticas e estilísticas para a ausência ou a ocorrência de paralelismos sintáticos no texto.³ Todavia, é nas sentenças coordenadas que Garcia (2010) busca força argumentativa para sua abordagem sobre paralelismo gramatical:

Se coordenação é, como vimos, um processo de encadeamento de valores sintáticos idênticos, é justo presumir que quaisquer elementos da frase – sejam orações, sejam termos dela –, coordenados entre si, devam – em princípio, pelo menos – apresentar estrutura gramatical idêntica, pois (...) não se podem coordenar frases que não comportem constituintes do mesmo tipo. Em outras palavras: a ideias similares devem corresponder forma verbal similar. Isso é o que se costuma chamar paralelismo ou simetria de construção. (*op. cit.*, p. 52-53)

A tradição gramatical, em geral, e os linguistas aptos a descrever o português brasileiro não apresentam as mesmas preocupações de Othon M. Garcia ao abordar as sentenças coordenadas e as sentenças correlatas. Em sua gramática, por exemplo, Cunha e Cintra (2008) abordam a coordenação do ponto de vista da sua constituição (apresentam conectivos (coordenadas sindéticas) ou não (coordenadas assindéticas)) e da sua classificação (aditivas, alternativas, adversativas, conclusivas, explicativas), porém nada citam a respeito de paralelismos gramaticais. Contudo, nota-se que os exemplos de sentenças coordenadas apresentados pelos autores apresentam paralelismo gramatical (e semântico) estritos, conforme os exemplos: 1) *A Grécia seduzia-o, mas Roma dominava-o* (p. 610); 2) *Insisti no oferecimento da madeira, e ele estremeceu*. Nessa gramática, ainda, não é dado enfoque às orações correlatas.

³ Entende-se por paralelismo semântico uma relação lógica entre os termos de uma oração e suas funções na mesma. A partir de sua ausência, torna-se fácil compreender o que é paralelismo semântico: *Fiz duas operações: uma em São Paulo e outra no ouvido e Ele é cordial e alfaiate* (Garcia, 2010).

Por outra parte, gramáticas que descrevem o português brasileiro, tais como a de Ataliba de Castilho (2010) e de Mário Perini (2010), não versam explicitamente sobre o princípio de paralelismo gramatical nas sentenças coordenadas e correlatas.⁴ Castilho (2010) discute as relações simétricas das terminações flexionais dos sintagmas nominais (substantivo e adjetivo) e do verbo com o substantivo-sujeito nas sentenças coordenadas a partir da ideia de Apolônio Díscolo, que enquadra a concordância na tipologia das sentenças: orações coordenadas concordam, oração subordinadas não concordam.⁵ Nesse caso, extrapola-se o conceito de concordância gramatical, restrito aos verbos e aos nomes, para as sentenças.

Quanto à correlação, Castilho (2010) debate a relação de simultaneidade e de gramaticalidade estabelecida pelos pares correlatos com os demais elementos da sentença, como os sintagmas nominais e verbais, conforme os exemplos: 1) *Você **ou** estuda **ou** trabalha (...)* **Você estuda trabalha*; 2) *Seja o aluno, seja a aluna, ambos dão duro na universidade, *O aluno a a aluna, ambos dão duro na universidade* (p. 386).

Perini (2010), apesar de não mencionar a questão do paralelismo, presenteia-nos com exemplos em que o paralelismo gramatical incide não só na repetição de estruturas entre sentenças coordenadas, mas também entre sintagmas adjetivais e entre sintagmas preposicionais, exemplos ainda não fornecidos neste trabalho. São eles, respectivamente: *O Camilo é pobre mas muito esforçado*; *Esse ônibus passa em Vitória e em Guarapari* e *Eu vou fazer o serviço com ou sem a sua ajuda* (p. 160).

Para Garcia (2010), a ausência de paralelismo gramatical nos constituintes da sentença ou na formação de sentenças complexas, como a coordenação, pode não figurar um erro gramatical, pois, afinal, em nada afeta a concordância (verbal ou nominal), a regência e a colocação, além disso, alega que a *índole da língua*, muitas vezes, faz com que o paralelismo não seja necessário na sentença. Por outro lado, no texto, segundo autores da linguística textual, como Koch (2010) e Fávero (2009), a ausência de paralelismo gramatical prejudica a progressão textual, afetando os processos de coesão e de coerência textuais. Daí, podemos justificar: 1) a presença do paralelismo gramatical como uma norma flexível e, por isso, pouco abordada pela tradição gramatical e pelas gramáticas em geral (acostumadas a versarem, sobretudo, a sentença) e 2) a maior relevância dada pela linguística textual a esse fenômeno linguístico.

⁴ Perini (2010) sequer aborda as sentenças correlatas, limitando-se a tratar da coordenação.

⁵ Alguns autores, como Castilho (2010), utilizam os termos *similitude* ou *simetria de construções* no lugar de paralelismo gramatical.

1.2. Paralelismo gramatical textual e a linguística textual

O princípio de paralelismo gramatical está inserido na linguística textual através do estudo dos processos coesivos de construção do texto, notadamente em Koch (2010) e Fávero (2009).⁶ Em ambas autoras, o paralelismo gramatical, além de superficialmente abordado, é posto em uma das modalidades de coesão textual (distintas para cada autora): para Koch (2010), o paralelismo gramatical insere-se na modalidade *sequencial* de coesão textual, enquanto, para Fávero (2008), o paralelismo gramatical insere-se na modalidade *recorrencial* de coesão textual.

Koch (2010) divide a coesão sequencial em dois processos: *sequenciação frástica* e *sequenciação parafrástica*. O primeiro processo acontece quando não há recorrência estrita de termos e o segundo processo, por outro lado, acontece quando há recorrência de termos. Como exemplos de sequenciação parafrástica, Koch (2010) trata, entre outros, da recorrência de termos em nível lexical (*E o trem corria, corria, corria...* (p.55)), da recorrência de conteúdos semânticos, denominada paráfrase, que consiste em *ajustamento, reformulação, desenvolvimento, síntese ou previsão maior do sentido primeiro* através da inserção de certas expressões linguísticas (*isto é, ou seja, quer dizer, ou melhor, em outras palavras, em síntese, em resumo* (p. 56)) e a recorrência de estruturas sintáticas, ou seja, o paralelismo gramatical.

Koch (2010) adota, portanto, a definição canônica de que o paralelismo gramatical ocorre por meio da recorrência de estruturas em um texto com o preenchimento de itens lexicais distintos, dando como exemplo o poema de Gonçalves Dias (p. 56):

*Nosso céu tem mais estrelas
Nossas várzeas têm mais flores
Nossos bosques têm mais vida
Nossa vida mais amores.*

Por seu turno, para Fávero (2009), a coesão recorrencial advém da retomada de estruturas no texto, na qual se insere o paralelismo gramatical. Fávero (2009) distingue a coesão recorrencial da reiteração, a qual se integra na perspectiva de coesão referencial proposta pela autora, afirmando que a primeira retoma estruturas no intuito de informar que o texto progride e a segunda faz saber que a informação ali exposta já é conhecida. Conforme

⁶ Assim como em trabalhos anteriores dessas autoras e de outros pesquisadores vinculados à abordagem da linguística textual.

Fávero (2009), a reiteração dá-se, por exemplo, por repetição de item lexical (*O fogo acabou com tudo. A casa estava destruída. Da casa não sobrara nada* (p.23)) e por sinonímia (*A criança caiu e chorou. Também o menino não fica quieto* (p.24)).

Quanto ao paralelismo gramatical, Fávero (2009) baseia-se, também, na concepção canônica de que ele surge com a reutilização de estruturas, mas com conteúdos distintos. Entretanto, Fávero (2009) não descarta a recorrência de termos do mesmo campo lexical para a construção de paralelismo no texto e utiliza o poema “Ode triunfal”, de Fernando Pessoa, como exemplo (p. 28):

Eia! eia! eia!
Eia eletricidade, nervos doentes da Matéria!
Eia telegrafia sem fios, simpatia metálica do Inconsciente!
Eia túneis, eia canais, Panamá, Kiel, Suez!
Eia todo o passado dentro do presente!
Eia todo o futuro já dentro de nós! eia!
Eia! eia! eia!
Frutos de ferro e útil da árvore-fábrica cosmopolita!
Eia! eia! eia-hô-ô-ô!
Nem sei que existo para dentro. Giro rodeio, engenho-me!

Em suma, é evidente que, para as autoras, Koch (2010) e Fávero (2009), o paralelismo gramatical diz respeito a um efeito de estilo empregado pelo autor de um texto que, a partir da repetição de estruturas fonêmicas, morfológicas e sintáticas com itens lexicais distintos (ou não), fornece ao seu leitor subsídios para melhor compreendê-lo, bem como obedece a exigências de construções textuais referentes à coesão e, consequentemente, à coerência.

Ressalta-se que a coesão textual é canonicamente conhecida por estabelecer nexos entre as diversas partes de um texto a partir de unidades linguísticas referenciais, sequenciais e recorrenciais. Por sua vez, a coerência textual é a unidade de sentido resultante da conexão entre as diversas partes de um texto. Apesar de não apresentar linearidade estrita, devido à ausência de unidades linguísticas referenciais, sequenciais e recorrenciais, a coerência integra a linearidade do texto ao dar a ele uma unidade de sentido (cf. BECHARA, 2004a; KOCH & TRAVAGLIA, 2011).

Capítulo II

Algumas pesquisas linguísticas sobre paralelismo gramatical na fala e na escrita

Os trabalhos de linguistas que investigam (ou investigaram) o paralelismo gramatical encontrados em nossa pesquisa bibliográfica dividem-se entre aqueles que abordam o tema a partir da linguística textual (Silva, 1999; Marcuschi, 2002), orientados por uma visão funcionalista da linguagem, e aqueles que versam a partir de uma visão da norma gramatical (Cunha & Brito, 2002). Vejamos uma breve síntese do que cada um desses autores realizou.

2.1 Paralelismo gramatical: da fala para a escrita

Em seu trabalho, Silva (1999) discorre, numa perspectiva textual, sobre a ocorrência de paralelismos gramaticais em narrativas de estudantes de ensino médio na cidade de Brasília. Silva (1999) considera o fenômeno de paralelismo gramatical um processo discursivo que pode advir dos processos linguísticos de gramaticalização e trata desse fenômeno de acordo com a teoria funcionalista, ou seja, aborda os paralelismos gramaticais como formas e estruturas que emergem do uso espontâneo da língua.

A partir do *corpus* apresentado, Silva (1999) assevera que certos paralelismos gramaticais indicam *um processo de transformação, cujo foco de direção tende a evoluir no sentido do menos específico para o mais específico e do emotivo e interpessoal para o textual* (p. 72). Assim, vejamos dois exemplos do *corpus* da autora:

- (1) *Cantarei a história de uma bomba, uma mísera bomba que se tornou, ou quase se tornou uma catástrofe: de pouco em pouco, de grão em grão, ou melhor: de pólvora em pólvora.*
(p. 72)
- (2) *Primeiro permanece a dúvida se estamos namorando ou não.*
Depois vêm as dúvidas “do mundo”
- Será que ele gosta de mim?
Será gosto dele?
Será que ele vai me chifrar?... (p. 73)

No trecho da narrativa (1), a autora considera a gradação nos paralelismos sintático e lexical das expressões “de pouco em pouco”, “de grão em grão”, “de pólvora em pólvora”, como sendo responsável pela proeminência do último elemento (*pólvora*) na construção textual da narrativa. Isso sustenta sua argumentação de que o paralelismo gramatical no texto *tende a evoluir no sentido do menos específico para o mais específico*. Quanto ao trecho (2), a autora menciona o fato de ele apresentar características da fala coloquial e em contrapartida elementos, como o travessão, da produção escrita. Isso quer dizer, o paralelismo gramatical nessa narrativa transporta o foco do plano emotivo e interpessoal para o plano textual.

Esses exemplos corroboram a conclusão de Silva (1999) em seu artigo: o paralelismo gramatical é um dado que evidencia que o discurso oral e as práticas sociais de linguagem escrita têm uma interpenetrabilidade. Portanto, para a autora, as repetições de termos e estruturas, como se vê nas narrativas acima, devem ser estudadas e aceitas como recursos de textualização.

2.2 Repetição e paralelismo gramatical na fala: organização textual-interativa

Marcuschi (2002), em artigo do sexto volume da *Gramática do Português Brasileiro* do Projeto Gramática do Português Falado, discute o paralelismo gramatical no português culto falado no Brasil a partir de alguns dos aspectos funcionais da repetição na organização textual-interativa – coesividade, compreensão, continuidade tópica, argumentatividade e interatividade:

No plano da textualização, a repetição atua com as funções básicas de *coesividade* (seqüenciação, referenciação, correção, expansão, parentetização, enquadramento). No plano discursivo, a repetição tem um número mais expressivo de funções e colabora para: *compreensão* (intensificação, esclarecimento); *continuidade tópica* (amarração, introdução, reintrodução, delimitação); *argumentatividade* (reafirmação, contraste, contestação); *interatividade* (monitoração da tomada de turno, ratificação do papel do ouvinte, incorporação). (p. 117)

Antes, entretanto, de discutir tais aspectos, Marcuschi (2002) assinala duas concepções de repetição e suas diferenças: a repetição de conteúdo e a repetição de elementos linguísticos. Para Marcuschi (2002), a repetição de conteúdo, sempre acompanhada de marcadores tais como *repetindo, já disse, quer dizer, em suma* (p. 106), diz respeito à

paráfrase, enquanto a repetição de elementos linguísticos é uma estratégia de composição do texto. Vejamos o trecho de uma narrativa oral apresentada por Marcuschi (2002):

9 L1: (...)... (...)	se eu quisesse calcular uma ponte...	
10	eu <i>calculava</i>	
11	<i>dava</i> para um desenhista	
12	ele <i>desenhava</i>	
(...)		
18	(...) eu <i>calculei</i>	
19	não <i>foi</i> sozinho	
20	eu <i>processei</i> metade dos cálculos...	
21	<i>utilizei</i> o pessoal da computação	(p. 110)

De acordo com Marcuschi (2002), os dois diferentes tipos de repetições morfológicas referentes ao tempo verbal no texto acima (*calculava, dava e desenhava; calculei, foi, processei e utilizei*), por exemplo, operam com a função de *temporalização* na composição da narrativa oral, estabelecendo, ainda, *relações discursivas interessantes ao aspectualizarem a argumentação situada em tempos contrastantes, que diferenciam a natureza das ações praticadas* (p. 111). É importante ressaltar que a repetição, conforme trata Marcuschi (2002), não é em si um *paralelismo gramatical textual*, entretanto, todo *paralelismo gramatical textual* pode ser inserido no processo de repetição.

2.3 Tipos de ausência de paralelismo gramatical na escrita

Diferentemente dos autores acima, Cunha & Brito (2002), estudando os desvios da norma gramatical em redações escritas por vestibulandos, abordam o paralelismo gramatical a partir de sua ausência, isto é, a partir da assimetria de construções. O trabalho desses autores consiste em apontar os erros de paralelismo gramatical nas redações de vestibulandos e apresentar a correção devida para tais erros. Além disso, propõem categorizações para os tipos de ausência de paralelismo gramatical (p.163), conforme o quadro a seguir:⁷

⁷ Os exemplos de assimetria sintática foram retirados do artigo de Cunha & Brito (2002), entretanto, não integram o **Quadro 1** apresentado pelos autores no artigo (p. 163), mas sim, o corpo do artigo.

Quadro 1 - Categorização de tipos de ausência de paralelismo sintático e exemplos, conforme proposta de Cunha & Brito (2002)

Ausência de paralelismo sintático	Exemplos:
1) motivada pela não-similaridade das formas que seguem os elementos do par correlato	...passando deste momento a não desligar-me das dificuldades da vida mas encarando-as por um outro sentido . (p. 164)
2) motivada pela omissão ou inadequação de um elemento do par correlato	Gritei histericamente que o larápio tarado pelo susto correu (p.165); A notícia me deixou bastante abatido, que perdi a vontade de estudar. (p. 166)
3) motivada pela não-similaridade de segmentos coordenados	A noite estava enluarada, tranqüila, um vento frio . (p. 167)
4) motivada pela não-similaridade de estruturas frásticas justapostas	Quantas pessoas morrem de fome, e nós não as alimentamos. Como há crianças sem abrigo qualquer, e nós não as recolhemos . (p. 168)
5) motivada pela omissão de vocábulo numa série coordenada	A tarde ia caindo, o sol se escondendo no horizonte a noite vinha chegando . (p. 170)
6) motivada pela omissão ou inadequação de elemento gramatical	...nenhuma tinha coragem de dizer alguma coisa, pelo menos gritar . (p. 171)
7) motivada pela não-correspondência de tempos e/ou modos verbais	...assuntos que todos gostaram com certeza demonstravam saber bem esta. (p. 172)
8) motivada pela colocação do pronome objeto	...o ladrão se esquivou e desarmou- me . (p. 174)

Nota-se que, com exceção do tipo 4, todos os tipos de ausência de paralelismo sintático apontados pelos autores dizem respeito à sentença, sobretudo sentenças coordenadas e correlatas. Por outro lado, é possível resumirmos em quatro os fatores que impulsionaram a ausência de paralelismo sintático nas construções acima exemplificadas:

(1) os dois primeiros tipos de ausência de paralelismo gramatical dizem respeito à **má construção de sentenças com pares correlatos**, sendo a não similaridade (de natureza

semântica), a omissão e a inadequação dos pares correlatos (de natureza sintática) os fatores que levaram aos desvios dessas sentenças;

(2) os tipos 3 e 7 já dizem respeito à **ausência de paralelismo morfológico**, ou seja, a ausência de equivalência na flexão de adjetivos e na flexão de verbos, respectivamente;

(3) o tipo 4 – que na perspectiva dessa monografia diz respeito ao texto e não à sentença – é de natureza sintática e advém da **não similaridade na justaposição de duas sentenças coordenadas**, conforme bem explicitam os autores;

(4) os tipos 5 e 6 dizem respeito à **elipse de item lexical** (omissão de um verbo e de uma preposição, respectivamente) e, por fim, o tipo 8 diz respeito à ausência de paralelismo devido **colocação pronominal** (visto que na fala utiliza-se a próclise, mas na escrita exige-se a ênclise). Ou seja, todos esses tipos de ausência de paralelismo gramatical dizem respeito à **manifestação da fala na escrita**.

Segundo Koch (2006), a fala apresenta as seguintes características: é contextualizada, implícita, redundante, não planejada, fragmentada, incompleta, apresenta predominância do *modus* pragmático e de frases curtas, simples e coordenadas, é pouco elaborada, tem pouca densidade informacional, frequência de passivas e nominalizações. Diferentemente da fala, a escrita baseia-se nas regras impostas pela gramática normativa e, portanto, conforme salienta Bechara (2004b), fundamenta-se em *fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática*, ou seja, *a gramática normativa recomenda como se deve (...) escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos* (p. 52).

Capítulo III

Sentenças Coordenadas e Correlatas e o Princípio de Paralelismo Gramatical

3. Sentença: uma breve abordagem

Como unidade da sintaxe, a sentença é estruturada por um verbo que se relaciona com o sujeito e seus complementos (Castilho, 2011). Em outras palavras, a sentença tem como núcleo o verbo e seus argumentos – externo (sujeito) e interno (complementos). Vale ressaltar que os adjuntos, também, integram a sentença, mas não são selecionados pelo verbo. Aqui, o termo sentença equivale aos termos *frase*, *oração* e *período* postulados pela Gramática Tradicional (doravante, GT).

Bechara (2004b), por exemplo, define a sentença a partir da ideia de *enunciado*, isto é: a sentença é uma entonação com pausa inicial, sequência de unidades linguísticas sonoras e pausa final formadora de sentido completo, podendo ser tanto uma frase nominal como um período simples ou composto. Na escrita, a sentença, então, é marcada pelo emprego de letra inicial maiúscula, por uma sequência de unidades linguísticas gráficas e pelos sinais de pontuação, conforme a sentença: *O galo-da-campina ergue a pouca escarlate fora do ninho* (Bechara, 2004b, p. 406). Nessa abordagem sobre a sentença, notadamente, o verbo pode ou não estar presente.

Quanto aos elementos constituintes da sentença, a GT, em geral e com algumas variáveis terminológicas, costuma afirmar que a sentença é constituída pelos seguintes termos sintáticos: os termos essenciais (sujeito e predicado (verbo e complemento)), os termos integrantes (complemento verbal (objeto direto e objeto indireto), complemento nominal e agente da passiva) e os termos acessórios (adjunto adverbial, adjunto adnominal e aposto). Ainda, segundo a GT, as sentenças interligam-se, em geral, em dois arranjos sintáticos universais: a coordenação e a subordinação.

De um lado, para a GT, a independência de sentido e o desempenho das mesmas funções sintáticas de certa combinação de sentenças ou de constituintes de uma sentença é o que constitui a coordenação, podendo ser sindética (com a presença de conectivos) ou assindética (devido à ausência de conectivos), como, respectivamente, nos exemplos de Cunha & Cintra (2008): “*Grécia seduzia-o, mas Roma dominava-o*” (p. 610) e “*As horas*

passam, os homens caem, a poesia fica.” (p. 607). Por outro lado, a dependência de uma sentença com outra para formar sentido completo e o fato de uma sentença exercer uma função sintática (sujeito, objeto, complemento nominal, etc.) diante de outra é o que caracteriza as sentenças subordinadas, conforme o exemplo de Cunha & Cintra (2008, p. 608): *Moleque Nicanor arregalou os olhos e eu pensei que ia ouvir as pancadas do seu coração* – as duas primeiras sentenças são coordenadas e a sentença subordinada *que ia ouvir as pancadas do seu coração* funciona como objeto direto da sentença anterior.⁸

3.1 A coordenação: características principais

Numa abordagem linguística sobre a coordenação, Mateus et al. (2003) dizem que a coordenação caracteriza-se, principalmente, por apresentar *núcleos ou constituintes plenamente expandidos, sintagmas ou frases exercendo as mesmas funções sintáticas e semânticas* (p. 551), ou seja, pela presença de paralelismos gramatical e semântico.

Para diferenciar a coordenação da subordinação, Mateus et al. (2003) acrescentam que, além da função sintática, as sentenças subordinadas apresentam função temática (tema, adjunto de fim, de causa, de tempo, etc.), o que não ocorre com os elementos da coordenação. Ainda, os elementos da coordenação apresentam outra diferença quanto à subordinação: ausência de mobilidade frásica e não frásica, conforme os exemplos extraídos de Mateus et al. (2003, p. 553):

- (a) Eles partiram para o Algarve *mas não foram de férias*.
- (aa) **Mas não foram de férias*, eles partiram para Algarve.
- (b) [Poucos professores, *mas muitos alunos*] compareceram à reunião.
- (bb) **[Mas muitos alunos, poucos professores]* comparecem à reunião.
- (c) Ele só confessou *que detestava cozinhar* à Maria.
- (cc) *Que detestava cozinhar*, ele só confessou à Maria.

Como se pode ver, as duas primeiras sentenças tornam-se agramaticais quando a segunda estrutura frásica (aa) ou não frásica (bb) é posta em posição anterior à primeira, o que não ocorre com a sentença subordinada nos exemplos (c) e (cc). Mateus et al. (2003) alegam que os estudos da GT costumam manipular os dados e não considerar a conjunção da sentença

⁸ Por não ser objeto de estudo deste trabalho, não esmiuçaremos a tipologia nem o estatuto das sentenças subordinadas.

coordenada como parte integrante do elemento ou da sentença que ele introduz na coordenação. Assim, em (aa) e (bb), pela GT, teríamos, respectivamente: *Não foram de férias, mas partiram para Algarve* e *Muitos alunos, mas poucos professores foram à reunião*. Ou seja, sentenças gramaticais.

Apesar de considerar a mobilidade frásica e não frásica como estatuto da coordenação, Mateus et al. (2003, p. 561) consideram a sentença a seguir como coordenada: *O Luís anda cansado: deita-se tarde, levanta-se cedo, trabalha demasiado!* Entretanto, essa sentença coordenada apresenta bastante mobilidade entre si, apesar da alteração semântica, como em: *O Luís anda cansado: trabalha demasiado, levanta-se cedo, deita-se tarde!* Diferentemente ocorreria se a conjunção *e* fosse utilizada nessa sentença e se fizermos o teste de mobilidade sintática aplicado nas sentenças (a), (b) e (c), como em “*O Luís anda cansado: deita-se tarde, levanta-se cedo e trabalha demasiado*” para “*O Luís anda cansado: e trabalha demasiado, levanta-se cedo, deita-se tarde*”.

Segundo Mateus et al. (2003), as conjunções são o núcleo das sentenças coordenadas. Assim, de acordo com o valor semântico que expressam as conjunções, classificam as sentenças coordenadas em três classes tidas como principais: **copulativas** ou **aditivas**, **disjuntivas** ou **alternativas** e **contrajuntivas** ou **adversativas**. Para Mateus et al. (2003), as conjunções copulativas ou aditivas sujeitam o valor semântico de adição, são elas: as conjunções *e* e *nem* e os pares correlatos *não só... mas também*, *não só... como*, *tanto... como*. Já as conjunções disjuntivas ou alternativas sugerem uma escolha entre os elementos da coordenação, tendo a conjunção *ou* por excelência. Ademais, integram essa classe as conjunções correlativas *ou... ou*, *nem... nem*, *ora... ora*, *quer... quer*. Por fim, as conjunções contrajuntivas ou adversativas contrapõem semanticamente os elementos coordenados, são elas: *mas*, *senão*, *porém*, *todavia*, *contudo*.

Ainda, Mateus et al. (2003) classificam os nexos de coordenação de sentenças a partir de três classes de conectores: **contrastivos**, **explicativos**, **conclusivos**. Os conectores contrastivos caracterizam-se por contrastar dois constituintes da coordenação, são eles: *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*. Já os conectores explicativos e conclusivos apresentam uma relação de efeito-causa e de causa-efeito, respectivamente, sendo que o primeiro constituinte produz o sentido de efeito e o segundo, de causa, quando a sentença for constituída por conectores explicativos, tais como: *pois*, *que*, *porque*, *porquanto*. Por outro lado, quando a sentença for constituída por conectores conclusivos, o sentido de causa é produzido pelo primeiro constituinte da coordenação, enquanto o segundo constituinte produz

o sentido de efeito. São os conectores conclusivos: *logo, pois* (posposto), *assim, portanto, por isso, por conseguinte, por consequência*.⁹

Neste trabalho, só consideramos como sentenças coordenadas aquelas que apresentam conjunções. As sentenças complexas coordenadas que não apresentam conjunções são consideradas sentenças justapostas. Ainda, contrariando a perspectiva teórica de Mateus et al. (2003), não trataremos como sentenças coordenadas aquelas que apresentam pares correlatos introduzindo sintagmas ou verbos nas sentenças, conforme o exemplo a seguir: *Tanto a Ana quanto o Miguel compraram alguns quadros desse pintor*. Tal sentença será denominada de sentença correlata.

3.2 Por que justaposição e correlação?

Contestando grande parte dos estudos da tradição gramatical, Garcia (2010) reconhece, apesar de pouco discutir sobre elas, o estatuto das sentenças *justapostas* e *correlatas*, alegando que os estudos normativos brasileiros costumam tratar esses dois processos sintáticos como variantes dos outros dois, a coordenação e a subordinação, respectivamente. Sendo assim, vejamos:

(1) As horas passam, os homens caem, a poesia fica (Cunha & Cintra, 2008, p. 607).

(2) Tem mais samba no encontro que na espera (Chico Buarque).

Para a GT, as sentenças acima seriam assim classificadas como: (1) coordenação assindética, pois as sentenças estão empregadas uma ao lado da outra sem a utilização de conectivos, e (2) subordinação adverbial comparativa, pois considera o termo *que na espera* como adjunto adverbial da sentença que o precede *Tem mais samba no encontro*, além disso, a conjunção *que* estabelece um elo comparativo do termo que o sucede com termo que o antecede. Entretanto, numa perspectiva teórica que abarque os quatros mecanismos sintáticos citados acima, isto é, a coordenação, a correlação, a justaposição e a subordinação, tais sentenças seriam assim classificadas: (1) sentença justaposta e (2) sentença correlata comparativa.

A ausência de conectivos na justaposição de sentenças em (1) permite que a mobilidade dos verbos e seus argumentos nessa sentença seja maior do que nas sentenças coordenadas propriamente ditas, como, por exemplo: (1a) *Os homens caem, a poesia fica, as*

⁹ Por questões de autoria, mantivemos o termo *conectores* na análise acima. Entretanto, adotaremos o ponto de vista da tradição gramatical e, posteriormente, trataremos esses conectores como *conjunções*.

horas passam ou (1b) *Passam as horas, caem os homens, fica a poesia*, mas não em **Mas Roma dominava-o, Grécia seduzia-o*. Vale ressaltar que o valor semântico do texto poético em (1) é alterado quando movimentados os seus constituintes em (1a) e em (1b), entretanto, essas sentenças não se tornam agramaticais como em **Mas Roma dominava-o, Grécia seduzia-o*.

A sentença (2), retirada de uma letra de música de Chico Buarque, é classificada pela GT como sentença subordinada adverbial comparativa, pois segundo a lógica gramatical o conectivo *que* estabelece uma comparação da sentença elidida que o sucede (*tem mais samba na espera*) com a sentença que o precede (*Tem mais samba no encontro*). Entretanto, essa explicação deixa a desejar, pois, entre outros fatores, não abarca a função do vocábulo *mais* no processo de construção da comparação presente na sentença. Para Castilho (2010), a sentença (2) seria classificada como sentença correlata comparativa. Correlata porque os conectivos *mais* e *que* são indissociáveis, estabelecendo um *relacionamento simultâneo* na construção semântica e sintática da sentença.

Em suma, essa monografia trabalha com a perspectiva teórica de que há quatro mecanismos de conexão frásica que se caracterizam por apresentar: na coordenação, *relação de equivalência* gramatical e semântica entre as sentenças coordenadas, o que implica em paralelismo gramatical e semântico, e a presença de conectivos impossibilitando a mobilidade frásica; na correlação, *relação de simultaneidade* entre os pares correlatos que influi sobre a sintaxe e a semântica da sentença e que implica em paralelismo gramatical e semântico; na justaposição, aposição de sentenças sem a presença de conectivos, o que possibilita mobilidade frásica com alteração semântica, evidentemente; e, na subordinação, *relação de dependência* entre sentenças.

Por fim, ressaltamos que esses mecanismos não se caracterizam apenas pelo que foi acima traçado, porém, apenas esses traços são suficientes para os objetivos e o aporte teórico a que se propõe este estudo.

Capítulo IV

Paralelismo gramatical, coordenação e correlação – uma análise

Retomando o nosso item de estudo, analisaremos a construção de sentenças coordenadas e de sentenças correlatas a partir do princípio de paralelismo gramatical em produções textuais de estudantes de ensino médio na cidade de Brasília. A modalidade do gênero textual produzido pelos jovens será levada em consideração em nossa análise. Faz-se saber que nosso *corpus* é constituído de oito **cartas formais** escritas por jovens distintos, sendo que as cartas foram endereçadas à coordenação de um curso de redação para estudantes de ensino médio. Ademais, utilizaremos parte do arcabouço teórico já defendido nas páginas anteriores deste estudo, principalmente, o que se refere às questões que provocam a ausência de paralelismo gramatical mencionadas em nossa conclusão a respeito do trabalho desenvolvido por Cunha & Brito (2002), especificamente **a ausência de paralelismo morfológico, a manifestação da fala na escrita e a má formação de sentenças com pares correlatos**.

A carta formal apresentada pelos estudantes de ensino médio à coordenação de um curso de leitura e produção de textos é constituída de cabeçalho, corpo e fecho, conforme os padrões tradicionais. Porém, o que se pretende analisar nas cartas é como a construção sintática favorece a argumentação dos adolescentes que se candidatavam a vaga no curso, ou seja, analisar como e se o princípio de paralelismo gramatical foi utilizado nas sentenças em que o estudante argumenta sobre o porquê da sua participação no curso. Sobre a argumentação, Garcia (2009) afirma: *é, em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e a luz de um raciocínio coerente e consistente* (p.380). Dito isso, começamos.

4.1 Uma análise a partir do gênero carta formal

As cartas analisadas apresentaram um grande número de sentenças coordenadas, bem como de termos gramaticais coordenados. Os desvios estritos de paralelismo gramatical nessas sentenças são oriundos da não padronização morfológica nas sentenças, ou seja, originam-se da **ausência de paralelismo morfológico**, conforme os exemplos:

(1) *Tal curso será de grande valia profissional, creditando-me maiores conhecimentos redacionais e literários e possibilitar-me-á uma maior probabilidade de ingresso na Universidade de Brasília.*

(2) *o objetivo do curso é melhorar a escrita e aprimorar produções de texto entre adolescentes (...).*

O caso (1) apresenta ausência de paralelismo morfológico na flexão verbal: o primeiro verbo, no gerúndio, apresenta uma ênclise, ou seja, o pronome oblíquo átono vem após o verbo. Já o segundo verbo, no futuro, apresenta uma mesóclise, ou seja, o pronome oblíquo átono aparece dentro do verbo. Mantendo o paralelismo gramatical sentencial e textual, o texto pode assim ser reescrito: *Tal curso será de grande valia, creditando-me maiores conhecimentos redacionais e literários e possibilitando-me ingressar na Universidade de Brasília.*

No caso (2) há ausência de paralelismo gramatical sentencial devido a uma não assimilação semântica dos termos *escrita* e *produção de textos*, o que fez a autora do texto tratar esses termos como fenômenos distintos, quebrando, assim, o paralelismo sintático entre os verbos *melhorar* e *aprimorar* da sentença. Além disso, não há paralelismo morfológico entre os termos *a escrita* e *produções de textos*. A sentença (2) pode assim ser reescrita: *o objetivo do curso é melhorar e aprimorar a escrita entre adolescentes* ou *o objetivo do curso é melhorar e aprimorar a produção de textos entre adolescentes*.

Quanto aos termos gramaticais, houve um problema generalizado de paralelismo gramatical causado pela **elipse de item lexical** (oriunda da **manifestação da fala na escrita**), conforme os exemplos: (a) *ter um novo ou melhor conhecimento* e (b) *uma importante ferramenta para a interpretação e construção de textos*. Uma reescrita adequada para essas sentenças pode ser: *um novo ou um melhor conhecimento* e *uma importante ferramenta para a interpretação e a construção de textos*.

Por outro lado, percebemos que os problemas de paralelismo gramatical apresentado por algumas cartas não é fruto de uma deficiência linguística dos estudantes para a construção de sentenças coordenadas em si, mas sim de problemas que dizem respeito à lógica, à semântica e à precisão vocabular, ou seja, dizem respeito a **mecanismos intelectuais e linguísticos** que estão **em desenvolvimento/amadurecimento** na adolescência.¹⁰ Vejamos isso a partir da carta (Carta 1) de uma estudante. A Carta 1 apresentou apenas um parágrafo

¹⁰ Fase em que se encontram os autores dos textos que compõe nosso *corpus*.

composto de uma coordenada explicativa com a conjunção *pois* e uma oração simples (em que agradece a disposição da organização do curso em ofertá-lo gratuitamente). Vejamos a sentença coordenada: *O motivo pelo qual venho inserir minha solicitação de uma vaga no curso (...) é de suma importância, pois é sempre bom ter um novo ou melhor conhecimento sobre o que mais nos implica no futuro.*

Nota-se que a estudante optou por introduzir a coordenada explicativa com a conjunção *pois*, o que corrobora a argumentação de Mateus et al. (2003) quando alegam que a conjunção *pois* introduz o sentido de causa, ou seja, a causa pela qual se solicita a participação no curso é a de que o curso trata de um conhecimento que tem efeitos positivos em toda a vida (presente e futura) da requerente. Entretanto, a desnecessária locução verbal (*venho inserir*), a elipse de um artigo indefinido antes do vocábulo *melhor* e o trecho mal elaborado *conhecimento sobre o que mais nos implica no futuro* revelam a imaturidade da estudante em organizar linguisticamente suas ideias e sua argumentação. Uma reescrita adequada da sentença acima, mantendo os padrões de escrita e de pensamento da estudante, pode ser: *O motivo pelo qual solicito uma vaga no curso (...) é de suma importância, pois é sempre bom ter um novo ou um melhor conhecimento sobre algo que tanto influencia em nosso futuro.*

Outro exemplo de que a ausência de paralelismo gramatical (e semântico) causada pela imaturidade intelectual e linguística dos estudantes está nessa sentença em que há coordenação entre sintagmas preposicionais: *Os motivos que me levam a pedir-lhe isso advêm dos resultados de minha auto-avaliação e daquela feita por meus amigos e parentes sobre minhas habilidades em redação.* Uma reescrita menos confusa dessa sentença pode ser: *Os motivos da minha solicitação advêm dos resultados de avaliações feitas por mim e por meus amigos e parentes sobre minhas habilidades em redação.*

As cartas, em sua maioria, apresentaram apenas duas variantes da coordenação: a coordenação aditiva e a coordenação explicativa, o que é plausível, pois apenas esses tipos de coordenação, além, talvez, da coordenação conclusiva, poderiam auxiliar os estudantes na argumentação da carta. Ressalta-se que nos dois tipos de coordenação (aditiva e explicativa) foram utilizadas apenas as conjunções *e* e *pois*, respectivamente.

Garcia (2009) alega que a conclusão dos textos argumentativos devem ser com partículas típicas de uma conclusão, como as conjunções conclusivas *logo* e *portanto*. Entretanto, devido o pequeno tamanho das cartas formais e o fato de elas exigirem uma justificativa (e não uma conclusão especificamente) para a concessão de uma vaga no curso,

torna-se pouco necessário a utilização de coordenadas conclusivas, pois não há a necessidade de expor evidências (dados, exemplos, testemunhos e ilustrações) para, por fim, concluir-se algo sobre o que foi evidenciado, conforme explica Garcia (2009).

Inusitadamente, um estudante utilizou uma coordenada conclusiva em seu texto. Vejamos trechos que elucidam o feito do aluno: *O neoliberalismo, nova ideologia adotada pelo mundo, exige cada vez mais mão de obra altamente qualificada (...) Antigamente se uma pessoa tinha um diploma de nível superior (...) a possibilidade de entrar no mercado de trabalho era grande, hoje (...) é necessário (...) uma pós-graduação, um mestrado (...) Portanto, solicito uma vaga (...).*

É fato que o autor da carta acima equivocou-se em sua exposição de evidências para argumentar a favor de seu ingresso no curso pretendido. Entretanto, esse exemplo serve-nos para mostrar que a maioria dos estudantes preferiu ser mais direta em suas cartas, apresentando, inicialmente, coordenadas aditivas (para adicionar informações, ideais e opiniões) e, por fim, coordenadas explicativas (para justificar os motivos para obter uma vaga no curso), conforme a carta de um estudante: *Fui aconselhado por eles a exercitar-me nesta faculdade (da escrita), buscando produzir mais textos e estando mais atento aos meus erros de escrita. (...) serei grandemente ajudado se obter uma vaga, pois preciso saber produzir bons textos tanto para o vestibular quanto para a carreira que pretendo seguir (...).*

Por seu turno, a correlação apareceu, principalmente, nas formas com o par correlato *tanto... quanto* e com o par correlato *tanto... como*. Essas duas formas apresentaram o mesmo valor semântico e sintático, bem como concorreram entre si, o que pode ser observado em uma das cartas em que o aluno risca o correlato *como* e o substitui pelo correlato *quanto*: (...) *me providenciará tanto um ambiente propício para a prática da escrita de textos ~~como~~ quanto os devidos conhecimentos e ferramentas de que poderei dispor para tal*. Ademais, houve correlação apenas com os pares *ou... ou*, utilizado para a alternância de sintagmas e de ideias. Diferentemente do que apontaram Cunha & Brito (2002), apesar de poucas, as sentenças com pares correlatos presentes no *corpus* deste trabalho não apresentaram erro devido à ausência de assimilação dos pares nem devido à omissão ou inadequação desses.

A quebra de paralelismo gramatical apresentada em um dos termos correlatos foi causada pela desnecessária utilização de uma vírgula para separar os pares correlatos e os sintagmas nominais que eles introduzem: (...) *grande importância da escrita em nossa vida, tanto cotidiana como profissional, (...)*. Assim, podemos, também, alegar que o **desconhecimento das regras de pontuação** da língua portuguesa gera a quebra de

paralelismo gramatical tanto na correlação como na coordenação, de acordo com o exemplo: *Pretendo desenvolver o máximo possível, dentro do que for empregado aos alunos. A fim de agregar e otimizar o conteúdo passado.*

Em suma, os problemas apontados neste capítulo quanto à ausência de paralelismo gramatical e, consequentemente, desvios na construção de sentenças coordenadas e de sentenças correlatas pelos estudantes de ensino médio são:

- a) a ausência de paralelismo (morfológico) nas terminações flexionais dos sintagmas nominais (substantivos e adjetivos) e dos sintagmas verbais;
- b) a manifestação de aspectos da fala, como a omissão e a elipse de certos termos gramaticais (artigos e preposições, principalmente), na escrita;
- c) a imaturidade intelectual e linguística dos alunos na expressão do pensamento;
- d) e, finalizando, o desconhecimento das regras de pontuação da língua portuguesa.

A ausência de paralelismo morfológico (por exemplo, na conjugação dos verbos), também, pode ser inserida na questão da manifestação da fala na escrita, pois na fala não atentamos em realizar construções paralelísticas. Entretanto, optamos por expressar como manifestação da fala na escrita apenas as omissões ou elipses de item lexical. Acreditamos que o ensino e o aprendizado de construções com paralelismo morfológico para estudantes de ensino médio devem diferir daquele que o ensina a eliminar certos traços da oralidade da sua escrita, como a elipse de termos (por considerá-los implícitos) e a colocação pronominal, apontadas por Cunha & Brito (2002).

Considerações Finais

A partir do que fora exposto em nosso estudo, podemos concluir que certas afirmações do senso comum de que a má escrita de estudantes de ensino médio provém do desconhecimento das construções sintáticas básicas, como a coordenação e a correlação, de sua língua estão equivocadas, pois o que evidenciamos é que **a falta de técnica para a produção de textos** demonstrada pela **excessiva manifestação da fala na escrita e a imaturidade linguística e intelectual dos estudantes** são os fatores que implicam a má elaboração e construção escrita de sentenças e, conseqüentemente, do pensamento por parte desses estudantes.

A imaturidade linguística e intelectual desses estudantes nada têm haver com seus processos de desenvolvimento mental (cerebral) e físico, mas, sim, com uma imaturidade relacionada às poucas experiências de vida e ao reduzido desempenho (por falta de leitura e estudo) de suas competências linguísticas e intelectuais. Falando em competência linguística, notamos que todos os estudantes conseguiram construir sentenças coordenadas e correlatas (e, também, justapostas e subordinadas) de acordo com seus estatutos universais. Entretanto, como já dito, fatores relacionados ao desempenho linguístico textual afetaram a boa escrita de certas sentenças e, conseqüentemente, do texto de alguns estudantes.

Sendo assim, afirmamos que o ensino de língua portuguesa nas escolas não tem priorizado desenvolver as habilidades linguísticas dos estudantes. O que se supõe que aconteça é que os alunos estejam sendo expostos a incontáveis listas de exercício de reconhecimento e classificação de estruturas sintáticas já internalizadas em suas mentes. Entretanto, esquece-se que uma boa construção de sentenças, além do reconhecimento e da classificação dessas sentenças, ocorre apenas quando o pensamento e, conseqüentemente, a argumentação e o estabelecimento de relações e de ideias lógicas estiverem bem estruturados: *A sintaxe tem sua economia interna, suas leis próprias. A essa grande senhora, sem a qual não pode passar, recorre o homem para realizar seu fascinante jogo na armação do pensamento* (Carone, 1988, p. 77).

Finalizando, ressaltamos que o princípio de paralelismo gramatical sentencial é uma excelente ferramenta para o ensino e o aprendizado das estruturas sintáticas de nossa língua, bem como contribui para o desenvolvimento da escrita coesa e coerente de todos nós, brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAM, Jean-Michel. *A linguística Textual: Introdução à Análise Textual dos Discursos*. São Paulo, Cortez: 2008.

BECHARA, Evanildo. *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Lucena: 2004a.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Lucena: 2004b.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto: 2010.

CARONE, Flávio de Barros. *Subordinação e coordenação: confronto e contrastes*. São Paulo, Ática: 1988.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lexicon: 2008.

CUNHA, José Carlos & BRITO, Célia. *Assimetria de Construção e de Ideias em Textos Escolares*. In. SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, n. 5, p. 159-184, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo, Ática: 2009.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2010.

SILVA, Denize Elena Garcia da . *O paralelismo dentro de processos discursivos e gramaticais na fala e na escrita*. Revista do Gelne, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 69-75, 1999.

KOCH, Ingedore Villaça. *Especificidade do texto falado*. In: Gramática do Português Culto Falado no Brasil / Org.: Clélia Cândida Abreu Spinardi e Ingedore Grunfeld Villaça Koch. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. *A Coesão Textual*. São Paulo, Contexto: 2010.

KOCH, Ingedore Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. São Paulo, Contexto: 2011.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. *A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual*. In. Gramática do Português Falado – vol. VI: Desenvolvimentos. Ingedore Villaça Koch (org.). São Paulo, Editora UniCamp: 2002.

MATEUS et al., Helena Maria Mira. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

PERINI, Mario Alberto. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo, Parábola Editorial: 2010.